

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS LEI PAULO GUSTAVO 2023
PROJETOS DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – Secult** torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará **SELEÇÃO DE PROJETOS DE MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL**, conforme processo nº **2023-SPDWF**, devidamente aprovado pelo Secretário de Estado da Cultura.

A presente Seleção será regida pela Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo, pelo Decreto nº 11.525/2023 - que regulamenta a Lei Paulo Gustavo, no Decreto nº 11.453/2023 - que dispõe sobre os mecanismos de fomento do Sistema de Financiamento à Cultura, pela Lei Complementar Estadual nº 458/08 que instituiu o Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo - Funcultura, pelo Decreto nº 2155-R/08 que a regulamentou, alterado pelo Decreto nº 4137-R, de 02/08/2017, republicado em 08/08/2017, pelo Decreto Estadual nº 4.410-R/2019, de 18/04/2019, bem como no presente Edital.

1. OBJETO

1.1. Este edital é uma ação da Secretaria da Cultura do Estado do Espírito Santo (Secult) para selecionar projetos de **MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO AUDIOVISUAL**, com fundamento no Art. 6º, inciso I, da Lei Complementar n.º 195/2023.

1.2. O prazo de vigência deste edital é até 31 de dezembro de 2023.

1.3. Podem ser inscritos projetos que tenham como objeto **as seguintes ações:**

- Pesquisa e Inventário de acervo audiovisual;
- Conservação;
- Restauração e remasterização;
- Digitalização.

1.3.1. O detalhamento das ações, definições e requisitos encontra-se no ANEXO 1.

1.3.2. As ações podem ser realizadas em acervos públicos e/ou privados, e o responsável/proprietário deverá assinar Atestado de visita técnica e carta de anuência ciente do projeto, conforme descrito no ANEXO 1

1.4. As propostas deverão contemplar obrigatoriamente o **número mínimo de 3 (três) serviços** indicados no **item 1.3**, sendo que é **obrigatório a inclusão dos serviços de Pesquisa e Inventário e Digitalização**. Caso a coleção já se encontre inventariada, deverá ser realizada atualização do Inventário, por meio da verificação e consolidação das informações.

1.5. O edital contemplará uma reserva de vagas de **20% (vinte por cento)** para projetos e ações apresentados por **pessoas negras**, bem como uma reserva de vagas de **10% (dez por cento)** para projetos e ações propostos por **pessoas indígenas**, conforme classificação do IBGE, mediante previsão detalhada no **Anexo 8** e mediante autodeclaração étnico-racial no **Anexo 10**.

2. VALOR DO EDITAL

2.1. A Secult repassará o total de **R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), distribuídos em 7 (sete) prêmios**, sendo 4 prêmios de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e 3 prêmios de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

2.2. Para fins deste edital, fica estabelecido que os projetos terão suas movimentações financeiras condicionadas à autorização prévia da Secretaria de Estado da Cultura.

2.3. Do valor total do prêmio a ser pago, serão deduzidos os tributos previstos na legislação em vigor.

2.4. O proponente deve prever obrigatoriamente em seu projeto medidas de acessibilidade, **sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% (dez por cento) do valor total do projeto.**

2.5. A utilização do percentual mínimo de 10% (dez por cento) pode ser **excepcionalmente** dispensada, **quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.** Neste caso, deverá o proponente justificar no ato de inscrição.

2.6. O valor total deste Edital poderá ser aumentado se houver interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente. Caso ocorra, a Secult vai selecionar mais projetos, observando a classificação dos projetos selecionados dentro da linha de fomento escolhida.

2.7. Caso o número total de vagas disponíveis não seja preenchido, o SALDO não utilizado poderá ser transferido para outra linha do mesmo Edital ou para outro Edital lançado no âmbito do art. 6º da Lei Complementar nº 195/2022.

3. PRAZO E CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

3.1. As inscrições devem ser feitas de 22 de setembro de 2023 a 09 de outubro de 2023, às 10 horas da manhã.

Fique atento a esses prazos! Não são aceitas inscrições fora dessas datas.

3.2. Poderão se inscrever nos projetos:

A. Pessoa Física, moradora no Espírito Santo, maior de 18 anos;

A.1. O proponente inscrito como Pessoa Física não pode indicar uma Pessoa Jurídica no momento da contratação com a Secult.

B. Microempreendedor (a) Individual – MEI, com registro no Espírito Santo cujo titular comprove residência no Espírito Santo;

C. Pessoa Jurídica de Direito Privado com ou sem fins lucrativos, com comprovação de caráter artístico ou cultural (definido nos atos constitutivos). cultural (definido nos atos constitutivos).

3.3. O proponente pode apresentar 01 (um) projeto para o edital.

3.4. No caso de inscrição de mais de 01 (um) projeto pelo mesmo proponente, é considerado o último projeto inscrito. Os outros projetos inscritos serão automaticamente desclassificados.

3.5. O proponente pode ter, no máximo, 1 (um) projeto selecionado neste edital.

3.6 .O proponente é responsável pela veracidade das informações dadas e por sua inscrição dentro do prazo.

3.7. A inscrição do proponente significa aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

3.8. O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de produção, coordenação, responsável técnico, líder do projeto ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.

3.9. O proponente tem o dever de agir com lealdade, urbanidade e boa-fé ao longo do processo seletivo e durante a execução do projeto, tratando com respeito e educação todos os servidores da Secult, sob pena de desclassificação e aplicação das sanções previstas neste Edital.

3.10. Será publicada, no site da Secult, a lista válida de inscritos, com a identificação do proponente.

3.11. Caso o proponente não esteja citado na lista, poderá encaminhar um recurso no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos, contados a partir da data de publicação do Resultado no site da Secult.

3.12. O recurso deverá ser encaminhado para a plataforma do Acesso Cidadão – E-Docs/ Protocolo, (www.acessocidadao.es.gov.br) ou, ainda, para o e-mail do edital (lpg.audiovisual@secult.es.gov.br). No recurso, não é permitido encaminhar documentos complementares sobre o projeto.

4. FORMA DE INSCRIÇÃO

4.1. Para se inscrever, o proponente deve criar um perfil de Agente Cultural na plataforma do Mapa Cultural do ES, que pode ser acessada no site da Secult ou no site <http://www.mapa.cultura.es.gov.br>.

4.2. O cadastro de Agente Cultural serve para todas as inscrições futuras do proponente.

4.3. No momento da inscrição, o proponente pode se inscrever como:

A. Agente Cultural como MEI e;

B. Agente Cultural como Pessoa Física representante legal de Pessoa Jurídica.

4.4. A inscrição do proponente deve ser igual ao cadastro como Agente Cultural da plataforma do Mapa Cultural do ES, ou será desclassificado.

4.5. ATENÇÃO: Não são aceitas inscrições em rascunho. A plataforma Mapa Cultural do ES permite fazer rascunhos dos projetos, mas a inscrição somente é válida ao clicar no botão **Enviar**.

5. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

A. Ficha de inscrição, preenchida na plataforma Mapa Cultural do ES;

B. Formulário de Projeto, preenchido na plataforma Mapa Cultural do ES;

C. Carta de aceitação de participação de todos os envolvidos com o projeto, que deve ser anexada;

D. Currículo/portfólio do proponente e dos participantes do projeto, com registro de ações e projetos já realizados, matérias de jornal, reportagens, publicações, fotos, declarações, entre outros utilizando, se necessário, link

de sites, como por exemplo, YouTube e Vimeo, que deve ser anexado.

Obrigatoriamente um currículo precisa apresentar experiência em serviços técnicos similares aos que serão executados na proposta apresentada;

E. Planilha de custo conforme modelo disponível no site da Secult, para ser anexado na plataforma Mapa Cultural do ES.

F. Requisitos específicos previstos no Anexo 1.

5.1. No caso de recursos financeiros complementares junto a outras Leis de Incentivo à Cultura, nos âmbitos Federal e Municipal, bem como junto à iniciativa privada, é necessário encaminhar planilha orçamentária correspondente, para uma compreensão integral dos custos do projeto.

5.2. Não é permitida sobreposição de recursos - contemplar o mesmo item com recursos diferentes.

6. VEDAÇÕES

6.1. Não podem se inscrever neste Edital:

A. Servidores e ocupantes de cargo em comissão da Secult ou pessoas que possuam vínculo matrimonial, de união estável ou relação de parentesco até o 2º grau, com exceção dos servidores que se encontram aposentados (inativos);

B. Pessoas que possuam vínculo matrimonial, de união estável ou relação de parentesco até o 2º grau com membros da Comissão Julgadora;

C. Pessoas que tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

6.1.1. Estarão impedidas de apresentar projetos proponentes pessoas jurídicas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 6.1.

6.2. Estão desclassificados, em qualquer fase do Edital de Seleção:

A. Projetos contemplados com recursos financeiros por meio de outros mecanismos de fomento à cultura ofertados pelo Estado do Espírito Santo;

B. Proponentes contemplados que estiverem inadimplentes com a Secult ou com a Administração Pública Estadual;

C. Proponente que teve rejeitado o relatório final de projeto apoiado com recursos do Funcultura, dentro do prazo da sanção imposta.

7. PROCESSO DE SELEÇÃO

7.1. Este é o cronograma previsto para este Edital, com prazos contados a partir da sua data de publicação no Diário Oficial do ES e no site da Secult em <http://www.secult.es.gov.br>:

ETAPAS	PRAZO
Inscrições	15 dias

Validação das inscrições	4 dias
Avaliação e pontuação dos projetos	30 dias
Publicação do resultado e recursos da decisão	14 dias
Convocação dos proponentes selecionados e conferência da documentação	9 dias
Confirmação de documentação e convocação de suplentes (se necessário)	7 dias
Empenho, assinatura do termo e pagamento	21 dias

TOTAL PREVISTO: 98 DIAS

7.2. A COMISSÃO JULGADORA, responsável pela seleção dos projetos, será nomeada pelo Secretário de Estado da Cultura e será composta por, no mínimo, 3 (três) pessoas com conhecimento na área cultural ou artística referente ao objeto deste Edital, sendo presidida por uma das pessoas que a compõem.

7.3. Cada projeto receberá um parecer da Comissão. O proponente pode solicitar cópia do parecer à Secult.

7.4. A Comissão pode selecionar menos projetos do que o número previsto no Anexo 1, caso considere que não possuem as qualidades necessárias para receberem o apoio deste Edital.

7.5. A Secult publicará um Aviso de Resultado no Diário Oficial do ES e, em seguida, o Resultado da Seleção de Projetos do Edital será publicado no site da Secult. Nesse Resultado, constará a identificação do proponente ou representante legal da empresa que se inscreveu e o título do projeto.

7.6. Caso o proponente não concorde com o Resultado da Seleção, ele poderá encaminhar um recurso no prazo máximo de **3 (três) dias corridos**, contados a partir da data de publicação do Resultado no site da Secult.

7.7. O recurso deverá ser encaminhado por meio do formulário previsto no Anexo 4, para a plataforma do Acesso Cidadão – E-Docs/ Protocolo, (www.acessocidadao.es.gov.br) ou, ainda, para o e-mail do edital (lpq.audiovisual@secult.es.gov.br). No recurso, não será permitido encaminhar documentos complementares sobre o projeto.

7.8. A Comissão Julgadora avaliará o recurso do proponente e responderá em uma Ata, que será publicada no site da Secult. A Comissão Julgadora **tem até 2 (dois) dias** para responder, a contar do prazo de recebimento. Essa decisão da Comissão Julgadora é definitiva, não sendo permitido o envio de novo recurso.

7.9. O Resultado Final da Seleção de Projetos do Edital será publicado no site da Secult, junto da convocação dos proponentes selecionados, constando o prazo e documentos necessários para a contratação, que deverão ser apresentados à Secult.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1. O Projeto é avaliado pela Comissão Julgadora considerando os critérios de mérito cultural:

CRITÉRIOS	PONTOS
A - Qualidade da proposta: <ul style="list-style-type: none">• Conteúdo relevante, clareza e coerência;• Projeto com concepção artística inovadora;• Consistência estética;• Proposta com capacidade de impactar a cena cultural;• Capacidade de preencher lacuna ou carência constatada na área;• Execução descrita de maneira clara e objetiva.	0 a 40
B – Orçamento: <ul style="list-style-type: none">• Detalhamento da planilha de fácil entendimento• Proposta orçamentária com todas as ações previstas e todos os itens de despesa do projeto, demonstrando sua viabilidade;• Proposta adequada aos preços de mercado;• Proposta que mostre equilíbrio entre os ganhos previstos para o proponente e para outros agentes do projeto, com o objetivo de descentralizar os recursos.	0 a 20
C – Proponente e equipe envolvida no projeto: <ul style="list-style-type: none">• Proponente apresentou informações e documentos que demonstram capacidade e experiência para realizar, com êxito, a proposta;	0 a 20

<ul style="list-style-type: none">● A equipe envolvida no projeto apresentou documentos que demonstram capacidade e experiência para realizar, com êxito, a proposta.	
<p>D – Democratização de acesso e acessibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none">● Proposta apresenta boas estratégias de comunicação/ divulgação e formação de público, para garantir o acesso democrático da população em geral, e também a mais vulnerável, aos bens e produtos culturais gerados e para proporcionar o estímulo à participação da comunidade, a capacidade de diálogo com novos públicos e a inserção do projeto ao cotidiano da comunidade;● Ações voltadas para proporcionar, cada vez mais, um conteúdo compreensível por qualquer pessoa, independentemente de sua condição física, comunicacional ou intelectual;● Proposta com ações voltadas a garantir a fruição e acessibilidade do projeto para pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência, em suas múltiplas especificidades, seja auditiva, visual, motora ou intelectual;● Número de pessoas portadoras de deficiência atuantes no projeto (equipe técnica e elenco).● Proposta apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social;● Há interesse público na execução da contrapartida social proposta no projeto.	0 a 20
PONTUAÇÃO TOTAL	100

8.2. Os projetos são selecionados pela maior pontuação, em ordem decrescente, até atingir o número de prêmios.

8.3. Para ser selecionado, **o projeto deve atingir o mínimo de 60 pontos.**

8.4. Em caso de empate na pontuação total de cada proponente, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na ordem abaixo:

A. O proponente que tiver a maior pontuação no critério A;

B. O proponente que tiver a maior pontuação no critério B;

C. O proponente que tiver a maior pontuação no critério C;

8.5. Além dos projetos selecionados, todos os projetos que obtiverem o mínimo de 60 pontos serão considerados “suplentes”, em ordem decrescente de classificação.

8.6. Os projetos “suplentes” são contratados quando o proponente do projeto selecionado:

A. Não apresentar todos os documentos solicitados no item 9 ou apresentá-los de forma irregular;

B. Não assinar o Termo de Compromisso no prazo estabelecido;

C. Perder o direito de contratação por algum motivo.

8.7. São desclassificados os projetos:

A. Que obtiverem **pontuação 0 (zero) em qualquer critério** constante do item 8.1, por falta de informações ou por não atenderem ao exigido no critério;

B. Apresentar planilha de custo com valor em desacordo do valor exato disponível para os prêmios da linha solicitada.

C. Obter pontuação total inferior a 60 (sessenta) pontos.

8.8. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

9. CONTRATAÇÃO

9.1. Os proponentes selecionados são chamados através de Ato de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado e no site da Secult para, **no prazo máximo de 3 (três) dias** a contar da data da publicação da convocação, apresentarem os documentos abaixo:

9.1.1. Pessoa Física:

A. Cópia da Carteira de Identidade;

B. Cópia do CPF;

C. Cópia do comprovante de residência no Estado do Espírito Santo, de no mínimo 3 meses antes da publicação do Edital. Serão aceitos comprovantes como contas de água, de energia elétrica, telefone ou outras concessionárias de serviço, contratos de aluguel entre outros. Não será aceito comprovante de endereço em nome de terceiros;

C.1 O endereço atual deve ser no mesmo município indicado na inscrição;

D. Certidão de Regularidade Fiscal (CND) com a União, que pode ser emitido através do site

<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pf/e>

E. Certidão de Regularidade Fiscal (CND) com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo, que pode ser emitido através do site
<https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-regularidade-fisc>

F. Certidão de Regularidade Fiscal (CND) com ao município do proponente

G. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) com a Justiça do Trabalho, que pode ser emitido através do site
<https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces;>

H. Indicação do banco, agência e conta bancária através de cópia de documento em que constem essas informações (cartão, extrato, etc.), para depósito e movimentação dos recursos transferidos pelo Funcultura, para fins deste Edital;

I. Comprovação pelo contemplado, na hipótese do roteiro ou da obra não ser de sua autoria, de aquisição ou cessão dos direitos patrimoniais do autor para a realização da mesma, nos termos da Lei nº 9.610/98;

J. No caso de representação de coletivos ou grupos é necessário encaminhar declaração de representação, incluindo nome/ RG/ CPF de cada participante, com assinatura de todos os envolvidos.

9.1.2. Microempreendedor (a) Individual (MEI):

A. Cópia do certificado da condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), emitido no site

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servico-s-para-mei/emissao-de-comprovante-ccmei>;

B. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

C. Cópia da Carteira de Identidade do representante legal do MEI;

D. Cópia do CPF do representante legal do MEI;

E. Cópia do comprovante de residência no Estado do Espírito Santo, de no mínimo 3 meses antes da publicação do Edital. Serão aceitos comprovantes como contas de água, de energia elétrica, telefone ou outras concessionárias de serviço, contratos de aluguel entre outros. Não será aceito comprovante de endereço em nome de terceiros;

E.1 O endereço atual deverá ser no mesmo município indicado na inscrição;

F. Certidão de Regularidade Fiscal (CND) com a União, que pode ser emitido através do site

<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>;

G. Certidão de Regularidade Fiscal (CND) com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo, que pode ser emitido através do site <https://s2-internet.sefaz.es.gov.br/certidao/cnd>

H. Certidão de Regularidade Fiscal (CND) com ao município do proponente

I. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) com a Justiça do Trabalho, que pode ser emitido através do site

<https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>;

J. Certidão de Regularidade do Empregador com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que pode ser emitido através do site

<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

K. Indicação do banco, agência e conta bancária do MEI, através de cópia de documento em que constem essas informações (cartão, extrato, etc.), para depósito e movimentação dos recursos transferidos pela Secult, para fins deste Edital;

L. No caso de representação de coletivos ou grupos é necessário encaminhar declaração de representação, incluindo nome/ RG/ CPF de cada participante, com assinatura de todos os envolvidos.

N. Comprovação pelo contemplado, na hipótese de a obra não ser de sua autoria, de aquisição ou cessão dos direitos patrimoniais do autor para explorá-la, nos termos da Lei nº 9.610/98.

9.1.3. Pessoa Jurídica com ou sem fins lucrativos:

A. Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

B. Cópia da inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

C. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

D. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal da PJ;

E. Cópia do CPF do representante legal da PJ;

F. Cópia do comprovante de endereço no Estado do Espírito Santo, de no mínimo 3 meses antes da publicação do Edital. Serão aceitos comprovantes como contas de água, de energia elétrica, telefone ou outras concessionárias de serviço, contratos de aluguel entre outros. Não será aceito comprovante de endereço em nome de terceiros;

F.1 O endereço atual deverá ser no mesmo município indicado na inscrição;

G. Certidão de Regularidade Fiscal (CND) com a União, que pode ser emitido através do site

<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>;

H. Certidão de Regularidade Fiscal (CND) com a Fazenda Pública Estadual do Espírito Santo, que pode ser emitido através do site <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-regularidade-fiscal>;

I. Certidão de Regularidade Fiscal (CND) com o município do proponente.

J. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) com a Justiça do Trabalho, que pode ser emitido através do site <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>;

K. Certidão de Regularidade do Empregador com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que pode ser emitido através do site <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

L. Indicação do banco, agência e conta bancária de titularidade da pessoa jurídica, através de cópia de documento em que constem essas informações (cartão, extrato, etc.), para depósito e movimentação dos recursos transferidos pelo Funcultura, para fins deste Edital.

M. Comprovação pelo contemplado, na hipótese de a obra não ser de sua autoria, de aquisição ou cessão dos direitos patrimoniais do autor para explorá-la, nos termos da Lei nº 9.610/98.

9.2. Os documentos devem ser enviados no e-mail

lpg.audiovisual@secult.es.gov.br ou via plataforma do Acesso Cidadão – E-Docs/Setor Protocolo, no endereço www.acessocidadao.es.gov.br

9.3. Não são aceitos protocolos da documentação, nem documentos com prazo de validade vencido.

9.4. Caso a documentação apresentada no prazo do item 9.1 esteja irregular, a Secult irá comunicar o proponente por e-mail para em 2 (dois) dias sanar o erro ou apresentar o documento faltante, sob pena de desclassificação, sem possibilidade de novo prazo para complementação.

9.5. Após a conferência, a Secult publica no endereço **www.secult.es.gov.br**, o Ato de Confirmação de Documentação.

9.6. Após a publicação do Ato de Confirmação, o proponente deve assinar digitalmente o Termo de Execução Cultural conforme modelo previsto no Anexo 5.

9.7. O valor individual do prêmio é pago em até 20 dias após a assinatura digital do Termo de Execução Cultural.

9.8. Em caso de falecimento ou invalidez da proponente Pessoa Física/ MEI ou de extinção da Pessoa Jurídica, indicado na inscrição para representar Grupo ou Coletivo Cultural, pode haver sua substituição no momento da celebração do Termo de Execução Cultural ou durante a execução do projeto.

9.9. O substituto deverá atender às exigências deste edital.

10. EXECUÇÃO DA PROPOSTA E COMPROMISSOS COM A SECULT

10.1. Será designado gestor responsável pelo acompanhamento da execução do projeto. O gestor vai realizar uma reunião presencial ou virtual e de presença obrigatória com os proponentes para esclarecimentos necessários à execução do projeto.

10.2. Qualquer pedido de readequação de formato, valor ou prazo de execução **deve ser formalizado ao gestor**, de acordo com procedimentos divulgados na reunião com os proponentes.

10.3. Os proponentes contemplados neste Edital devem utilizar exclusivamente os recursos financeiros recebidos, conforme a planilha de custos aprovada.

10.4. Os proponentes só podem iniciar as despesas previstas **após autorização formal do gestor**, enviada para o endereço de e-mail do proponente.

10.5. É obrigatório constar, em todo material de comunicação (impresso, virtual, de áudio e audiovisual), e no(s) produto(s) cultural(is) resultante(s) do projeto, as marcas que identificam o apoio realizado através da Lei Paulo Gustavo, Secretaria de Estado da Cultura (Secult), Fundo Estadual de Cultura (Funcultura), Governo do Estado do Espírito Santo, do Ministério da Cultura, da Lei Complementar n.º 195/2022 e do Governo Federal, conforme critérios e orientações contidos no Manual de Identidade Visual (Lei Paulo Gustavo) disponibilizado pela Secult em seu site.

10.6. Além da inserção das logomarcas, o proponente também deverá, obrigatoriamente, mencionar em suas peças de divulgação em mídias eletrônicas e/ou digitais (rádio, TV, internet), quando utilizadas, em seus eventos ligados ao projeto (na abertura e/ou no encerramento), e nos produtos gerados pelo projeto (áudio e vídeo, DVD, Livro, Catálogo) a expressão:
"PROJETO REALIZADO POR MEIO DE INCENTIVO DA LEI PAULO GUSTAVO - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - MINISTÉRIO DA CULTURA - GOVERNO FEDERAL".

10.7. Todos os materiais de divulgação e os materiais gerados pelo projeto, em todos os seus formatos, devem ser enviados para aprovação prévia para o e-mail brasao@secult.es.gov.br. O prazo para análise será de 3 (três) dias.

10.8. Todas as atividades voltadas ao público devem ser inseridas na **plataforma Mapa Cultural, na Seção Eventos**, para a divulgação nos canais públicos disponíveis da Secult e na localidade em que a ação será realizada.

10.9. O proponente deverá se comprometer com ao menos 02 (duas) ações de contrapartida social no Ato da Inscrição, conforme parâmetros no Anexo 11.

10.10. A Secult pode solicitar aos proponentes contemplados a participação em ações e programas por ela desenvolvidos, mediante a realização de atividades culturais referentes ao projeto contemplado neste Edital, incluindo a ocupação dos equipamentos culturais.

10.11. O proponente deverá entregar, para o acervo da Secult, 10% (dez por cento) da tiragem do material produzido (exceto material de divulgação), se houver, desde já, autorizando a exibição pública de caráter cultural e sem fins lucrativos, utilização do material em equipamentos culturais do Estado, inclusive com permissão de empréstimo aos usuários desses equipamentos, doação das cópias a entes da Administração Pública e privada

10.12. Nos termos do que dispõe a Lei Federal 9.610/98 (Direitos Autorais), o proponente autoriza a Secult a arquivar, armazenar e divulgar os resultados do projeto em diferentes plataformas digitais sob sua responsabilidade, com fins educativos e culturais, de acordo com as modalidades previstas na referida Lei.

10.13. O proponente deverá garantir o **acesso gratuito** às atividades, ações e apresentações incluídas no projeto aprovado.

10.14. A prestação de contas deverá ser enviada de acordo com **modelo de Relatório da Execução do Projeto, previsto no Anexo 8**, e encaminhada junto às comprovações da execução, de acordo com o perfil do projeto e orientações do gestor.

10.15. O proponente é responsável pela realização de todas as despesas e não poderá usar o nome da Secult ou de qualquer órgão do Governo do Estado ou

Governo Federal para contratações de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços.

10.16. Atenção: em caso de não execução do projeto, mesmo que por solicitação do proponente e dentro do período de Vigência do Edital, deverá ser feita a devolução do recurso com correção monetária, a partir da data de depósito.

10.17. O proponente deverá, também, arcar com as obrigações específicas previstas no Anexo 1.

11. PENALIDADES

11.1. O proponente que não cumprir as exigências deste Edital ou de qualquer das cláusulas do Termo de Compromisso receberá as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da infração sem prejuízo das sanções penais cabíveis:

- A.** Advertência;
- B.** Devolução parcial ou integral do valor recebido, com correção monetária baseada na conversão do valor pela VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual) e juros de 1% ao mês;
- C.** Impossibilidade de firmar novos compromissos, contratar ou licitar com a Secult, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- D.** Registro da inadimplência no CADIN-ES (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Estado);
- E.** Inscrição em Dívida Ativa.

11.2. Rejeitado o relatório final de execução, a Secult poderá autorizar o proponente a realizar medida compensatória no lugar das penalidades, desde que:

- A.** A compensação tenha relação com o projeto;
- B.** O descumprimento decorra de fato alheio à vontade do proponente;
- C.** Tenha ocorrido a execução parcial do projeto;
- D.** O valor que deveria ser devolvido é o mesmo previsto na compensação.
- E.** A critério da Secult a compensação se mostre pertinente.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa ocorrerá no Programa de Trabalho:

10.40.901.13.392.0043.2298 - Apoio, Financiamento e Incentivo à Produção Cultural, Elemento de Despesa 3.3.90.31.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras, no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os interessados em participar deste Edital podem encontrar informações e esclarecimentos no endereço da Sede da Secult, à Rua Luiz Gonzales Alvarado, nº 51 - Enseada do Suá – Vitória – Espírito Santo, pelos telefones (27) 3636-7116, (27) ou no endereço de e-mail: lpg.audiovisual@secult.es.gov.br, ou no WhatsApp (27) 99709-9128.

13.2. Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

13.3. A Secult disponibiliza gratuitamente o Edital e os anexos aos interessados, através do endereço eletrônico: <http://www.secult.es.gov.br>

13.4. Em atenção à legislação de transparência pública, após a publicação de resultados finais, pessoas interessadas poderão pedir acesso aos projetos inscritos no Edital, mantendo em sigilo os dados pessoais dos proponentes.

13.5. Os prazos deste Edital são contados em dias corridos desconsiderando o primeiro dia e considerando o último dia.

13.6. Se o primeiro dia da contagem ou o último dia do prazo cair em dia sem expediente na Secult, é considerado o primeiro dia útil seguinte.

13.7. A Secult pode aumentar o período de inscrição e os prazos das demais fases previstas no edital, divulgando essas prorrogações.

13.8. A SECULT poderá anular este Edital, caso eivado de vício que o torne ilegal, ou revogá-lo, por motivo de conveniência ou oportunidade, mediante justificativa, caso em que os proponentes não terão o direito de exigir o pagamento do valor previsto.

13.9. Os casos não previstos neste Edital são decididos pelo Secretário de Estado da Cultura.

13.10. Fica eleito o foro de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas administrativamente.

14. ANEXOS OBRIGATÓRIOS PARA INSCRIÇÃO

- **Anexo 1:** Detalhamento da inscrição e das obrigações específicas;
- **Anexo 2:** Ficha de inscrição - preenchida diretamente no Mapa Cultural;
- **Anexo 3:** Formulário de Projeto - preenchido diretamente no Mapa Cultural;
- **Anexo 4:** Planilha de Custos do Projeto - modelo disponível no site da Secult, para ser anexado no Mapa Cultural;
- **Anexo 5:** Formulário para Recurso;
- **Anexo 6:** Modelo de Termo de Compromisso;
- **Anexo 7:** Modelo de Relatório da Execução do Projeto;
- **Anexo 8:** Reservas de Vagas (COTAS)
- **Anexo 9:** Contrapartidas Sociais
- **Anexo 10:** Autodeclaração Étnico-Racial

Vitória, 20 de setembro de 2023.

FABRICIO NORONHA FERNANDES

Secretário de Estado da Cultura